



Aula de Campo, Educação Patrimonial e Ensino de Geografia: possibilidades de mediação pedagógica e democratização do acesso

Field Class, Heritage Education and Geography Teaching: possibilities for pedagogical mediation and democratization of access

1. Beatriz Silva <https://orcid.org/0009-0008-2763-7614>

1. Universidade de Pernambuco  Recife, Pernambuco, Brasil

2. Luciana Coutinho Parente <https://orcid.org/0000-0003-4042-6463>

2. Universidade de Pernambuco  Recife, Pernambuco, Brasil

Autor de correspondência: beatriz.kaline@upe.br

RESUMO

Este trabalho analisa as potencialidades da cultura e da educação patrimonial como suportes pedagógicos no ensino de Geografia, com foco na democratização do acesso a aulas de campo. O problema de pesquisa reside na exclusão socioeducativa de estudantes com restrições de mobilidade — seja por questões sanitárias (pandemia de Covid-19) ou por situação de privação de liberdade —, o que limita o contato com espaços de educação não-formal. O objetivo é apresentar a aula de campo remota como uma alternativa de inclusão, analisando como a mediação virtual pode transpor barreiras físicas e institucionais. Metodologicamente, a pesquisa é de natureza básica-estratégica e caráter descritivo, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental. O estudo toma como objeto as práticas de mediação virtual "Abre-Salas" do museu Paço do Frevo (Recife) e propõe sua aplicabilidade no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) Santa Luzia (PE). Como principais contribuições, o artigo demonstra que a virtualização de equipamentos culturais, embora não substitua a experiência *in loco*, consolida-se como ferramenta permanente de democratização do saber geográfico e de salvaguarda do patrimônio para populações marginalizadas, promovendo o fortalecimento da cidadania.

Palavras-chave: Aula de campo. Inclusão digital. Educação patrimonial. Ensino de Geografia. Ensino à distância.

ABSTRACT

This work analyzes the potential of culture and heritage education as pedagogical supports in Geography teaching, focusing on the democratization of access to field classes. The research problem lies in the socio-educational exclusion of students with mobility restrictions—whether due to sanitary issues (the Covid-19 pandemic) or situations of deprivation of liberty—which limits contact with non-formal education spaces. The objective is to present the remote field class as an alternative for inclusion, analyzing how virtual mediation can overcome physical and institutional barriers. Methodologically, the research is basic-strategic in nature and descriptive in character, based on a bibliographic and documentary survey. The study focuses on the "Abre-Salas" virtual mediation practices of the Paço do Frevo museum (Recife) and proposes its applicability at the Santa Luzia Socio-Educational Assistance Center

(CASE) in Pernambuco (PE). As its main contributions, the article demonstrates that the virtualization of cultural facilities, although not replacing the in loco experience, consolidates itself as a permanent tool for the democratization of geographical knowledge and the safeguarding of heritage for marginalized populations, promoting the strengthening of citizenship.

Keywords: Field class. Digital inclusion. Heritage education. Geography teaching. Distance learning.

Introdução

A Geografia é uma ciência plural que dialoga com diversas áreas, promovendo interdisciplinaridade sem muita dificuldade inclusive com a educação patrimonial, que pode até ser compreendida como um modo de ensinar Geografia através da alfabetização cultural – principalmente se considerarmos a cultura como forma de expressão da interação do indivíduo com o meio que ele está inserido. Além disso, essa mesma educação patrimonial é utilizada e discutida fortemente em equipamentos de educação não-formal, como instituições culturais (museus, teatros, cinemas), o que acaba sendo mais um pretexto para sua inserção com mais afinco no cotidiano escolar, pois segundo Candau (2014), esses dois mundos, o da educação e o da cultura, são praticamente indissociáveis, tornando assim urgente a imersão cultural na prática pedagógica.

No entanto, persiste uma lacuna científica e prática no que tange ao acesso a esses saberes por populações com restrição de mobilidade. O problema central desta pesquisa reside na exclusão de jovens em cumprimento de medida socioeducativa do contato com espaços de educação não-formal, essenciais para a formação geográfica. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garanta o direito à educação, a privação de liberdade impõe barreiras físicas que limitam a experiência do "campo". Este artigo busca analisar como a mediação virtual — especificamente o projeto "Abre-Salas" do museu Paço do Frevo — pode atuar como ferramenta de inclusão socioeducativa e democratização do ensino de Geografia para jovens do CASE Santa Luzia (PE).

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo de natureza básica-estratégica, utilizando-se de procedimentos descritivos e analíticos. O percurso metodológico consistiu em: I - Levantamento bibliográfico e documental sobre educação patrimonial e o ensino de Geografia; II - Análise técnica da mediação virtual "Abre-Salas", observando o uso de ferramentas como Google Street View e Kahoot na construção do

saber geográfico remoto; III - Estudo de caso propositivo focado no CASE Santa Luzia, fundamentado em dados institucionais da FUNASE e em vivências de observação direta do cotidiano da unidade.

No contexto do ensino de Geografia, a aula de campo é o elo entre a teoria e a vivência. Para jovens em conflito com a lei, a virtualização de equipamentos culturais não substitui a experiência in loco, mas consolida-se como uma estratégia de inclusão digital e salvaguarda de direitos. É fundamental ressaltar que a privação de liberdade, conforme o Art. 121 do ECA, limita a circulação externa, mas não suspende o direito ao desenvolvimento intelectual e à cidadania. Portanto, a afirmação de que esses jovens "não podem sair dos muros" deve ser lida sob a ótica da necessidade de levar o mundo para dentro da instituição através da tecnologia, garantindo que a educação básica oferecida nas unidades socioeducativas não sofra uma descontinuidade cultural.

A proposta do "Abre-Salas" no CASE Santa Luzia visa justamente romper o isolamento pedagógico, utilizando a Geografia para promover o "encanto do lugar" e o sentimento de pertencimento, mesmo em ambientes de reclusão. Isso porque, conforme Claval (2007), a cultura é uma área afim das ciências humanas, o que torna impreterível a análise dos resultados que a sua presença em sala de aula provoca, pois inclusive, segundo o mesmo autor, é através da cultura que os indivíduos se projetam no futuro.

A relação entre ciência e cultura

Traçando uma linha do tempo, é possível observar que a cultura brasileira só se tornou objeto de estudo da Geografia no início do século XXI, a partir do livro "Introdução à Geografia Cultural", escrito por Corrêa e Rosendhal (2003). Na fase inicial, discutiu-se – além dos gêneros de vida – a paisagem cultural, que viria a se tornar, anos mais tarde, através da Unesco, mais uma forma de entendimento para preservação do patrimônio cultural.

Desta forma, entende-se que a Geografia Cultural, compreende os patrimônios através de uma ótica de desenvolvimento e preservação deles no território ao qual pertencem, podendo discuti-los também através dos cinco conceitos-chaves desta ciência: território, região, lugar, espaço e paisagem. Como por exemplo, a partir de um

convite aos alunos para que busquem e listem elementos culturais que fazem o elo entre a figura, o fundo e o campo de uma paisagem, como o manguebeat, o frevo e também o brega mostram ser esses elementos quando a paisagem se trata da cidade do Recife.

Barbosa e Steed (2017) falaram dos avanços educacionais em Madri, na Espanha. Ao entrevistarem o professor Enrique Toledo, do *Colegio San Alfonso*, que estava com seus alunos do 6º ano no *Museo del Prado*, ouviram dele que quanto mais equipamentos culturais as crianças conhecerem, melhores pessoas elas serão ao crescer. As autoras comparam na sua publicação a grade curricular escolar europeia com a situação da educação básica brasileira: enquanto lá as escolas buscam estreitar laços com espaços de ensino não-formal e movimentos culturais, aqui é difícil até desenvolver a criatividade das crianças na sala de aula – que sofre cortes e congelamentos na área das ciências humanas.

Na Espanha, através do *Ministerio da Educación, Cultura e Desporte*, são consideradas obrigatórias 9 disciplinas até os 12 de anos e todas elas convergem na valorização da história e da cultura local, e por isso são consideradas indispensáveis. O objetivo dessa grade, segundo o *Instituto Don Quijote*, é assegurar que a educação das crianças terá uma base sólida na cultura, para que, dos 16 aos 18 anos, estejam bem preparados para seguirem nas suas áreas de interesse.

Outra facilidade espanhola apontada pelas jornalistas é a alta concentração de museus em sua capital e o fato de 30 deles terem acesso gratuito, além de grande parte possuir um setor pedagógico engajado e pronto para realizar a integrar os centros de educação formal ao respectivo centro de educação não-formal. Além de toda a questão governamental, educacional e cultural do país, há também forte adesão dos pais e responsáveis que frequentam as atividades pedagógicas nas instituições culturais juntos às crianças e acreditam que elas são importantes para o desenvolvimento de seus filhos.

Ademais, outro fato importante foi apontado pelas jornalistas: no ano de 2007, o Conselho da União Europeia passou por reformulação no que diz respeito a questões culturais, reconhecendo aí a importância da educação artística para desenvolvimento da criatividade, reforçando também o papel da sensibilidade cultural na educação. Basicamente, o texto informa o quanto a cultura está inserida no cerne da sociedade e

deve ser levada às salas de aula do mundo todo, seja de países com cultura tradicional como o Brasil, ou de cultura milenar como a China – o que só reforça quão necessário é ter um currículo escolar que facilite e valorize esse contato para um desenvolvimento mais proveitoso dos jovens em idade escolar.

Apesar de grandes nomes da educação defenderem a cultura como peça chave do processo de ensino-aprendizagem, ainda existem muitos questionamentos sobre o que é a cultura e se é sinônimo de patrimônio, no entanto Ribeiro (1985, p. 13) já fez esse esclarecimento ao dizer que:

[...] cultura é a herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo coparticipado de modos padronizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das reações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e se motivam para ação.

Com isso, fica claro o que difere cultura de patrimônio. Ambos remetem à herança, partem do mesmo princípio, no entanto o patrimônio nasceu de pedra e cal (termo utilizado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN), de forma que apenas construções eram tombadas – o que não é mais uma realidade –, enquanto a cultura surgiu daquilo que não é palpável, o costume, a tradição.

A Educação Patrimonial e o ensino da Geografia

É praticamente impossível falar sobre educação patrimonial sem falar sobre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que através de Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, começou a estimular nos museus sua função pedagógica, a partir da criação de novos equipamentos e do tombamento de coleções e acervos diversos, além de incentivar publicações e divulgações midiáticas a fim de sensibilizar a população sobre a importância da preservação dos itens que compõem a história do povo e do território brasileiro.

Em 1981 surge, em um seminário dos órgãos ligados à Secretaria de Cultura do MEC (Ministério da Educação e da Cultura), que ocorreu em Brasília, o Projeto Interação. Sua proposta era de “apoio à criação e ao fortalecimento das condições necessárias para que o trabalho educacional se produzisse referenciado na dinâmica cultural, reafirmando a pluralidade e a diversidade cultural brasileira” (IPHAN, 2014). Surgiu porque foi

constatado que as propostas pedagógicas que não consideravam as singularidades da dinâmica cultural local, acabavam por não atender suficientemente às necessidades do seu público-alvo.

Na Educação Patrimonial os territórios também são tidos como espaços educativos. Dentro desses espaços, é imprescindível a participação daqueles que os constituem, desde a elaboração até a execução de atividades educativas nesse âmbito, uma vez que a meta é utilizar-se dela para construir o conhecimento de forma conjunta, afinal, os espaços não acadêmicos, além de possuírem suas próprias referências culturais, também são produtores de saberes. Resumidamente, a educação patrimonial é um meio e uma metodologia de conhecimento e salvaguarda da cultura nos meios formais e não-formais de ensino.

Em um artigo virtual, o jornalista e professor Nogueira (2015) diz que, dentre as provocações propostas pela Educação Patrimonial, está principalmente converter o patrimônio em instrumento pedagógico. Infelizmente, pouco a pouco, as políticas educativas sofreram um distanciamento das ações que envolviam acervos museológicos, mesmo sendo comprovado que seu efeito é muito maior quando serve para interligar campos de educação formal, como escolas, a campos de educação não-formal, como praças, museus, cinemas e afins.

Numa tentativa de fortalecer o elo entre cultura e educação, em 2008 foi lançado o programa federal Mais Educação, propondo uma jornada escolar ampliada e diversificada, o qual a Educação Patrimonial fazia parte como um dos campos de atuação através do conceito de Cidade Educadora que visa reduzir a limitação do ambiente de aprendizado ao ambiente intramuros das escolas. Esse programa federal deu às escolas poder para definir o que é seu patrimônio, pesquisá-lo e registrá-lo com participação protagonista das crianças.

Dentre as 1639 escolas adeptas ao programa, as quais receberam reforço material e financeiro para seu desenvolvimento, um marco extremamente representativo foi o fato de todas as escolas de Olinda, segunda cidade brasileira e primeira cidade pernambucana a se tornar patrimônio, aderirem a esse novo currículo educacional. Em um país diverso e desigual como o Brasil, processos como esse que acabam por

potencializar os saberes e culturas locais, resultantes da Educação Patrimonial, são peças importantes na desconstrução de estigmas e preconceitos como da hierarquização entre a alta cultura e os saberes populares, por exemplo. Infelizmente, apesar da sua relevância e de seus resultados, o programa foi descontinuado em 2019.

Porém, mesmo com a redução de políticas públicas nesta área, através do ensino da Geografia é necessário e urgente investir em uma base educacional firmada na cultura. Para Turra (2013), o ensino geográfico precisa garantir que sejam construídos discursos que intermedeiam a percepção crítica dos jovens quanto ao encanto do lugar ao qual pertencem e, a partir disso, vierem a compreender o mundo em que vivem. Na ciência geográfica, a absorção dessas ideias como abertura para ferramentas auxiliares do ensino é extremamente proveitosa, uma vez que se utiliza tanto de equipamentos culturais como campo de fixação e desenvolvimento de aprendizados, e neles há, quase sempre, a salvaguarda de patrimônios materiais e imateriais.

Além disso, é importante salientar que a legislação brasileira, através da Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996), garante através do seu artigo terceiro que, a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” é considerada um dos catorze princípios do ensino assegurado pelo Estado.

O papel da aula de campo no ensino da Geografia

A Geografia é composta principalmente por materialismo histórico, visto que constantemente se reforça a narrativa de que o campo é insubstituível na interação entre sujeitos e objetos. Então entende-se que a aula de campo é crucial em uma boa formação geográfica por oportunizar aos estudantes a vivência da teoria, com toda sua aplicabilidade em ambientes de educação não-formal. Rodrigues e Otaviano (2001) são objetivos ao dizer que o elo entre a aprendizagem interna e externa à sala de aula abre caminho para que os estudantes se tornem mais sensíveis ao mundo natural e cultural, fortalecendo sua personalidade e adquirindo novos conhecimentos.

Em aulas externas ao ambiente escolar a Geografia engloba tanto a observação da paisagem do destino a ser visitado – e as percepções desenvolvidas a partir disso –, como do próprio percurso que os estudantes farão da sua instituição de ensino ao local

planejado. No entanto, para a aula de campo não ser apenas um passeio, ela deve começar muito antes da saída do ambiente escolar, assim é dito por Souza (2014, p.16):

Todo o conjunto que engloba o planejamento, a delimitação dos conteúdos abordados que serão elos entre a aula teórica e prática, elaboração de roteiros, ou seja, tudo que é pensado e elaborado antes, durante e depois são elementos fundamentais ao sucesso da aula de campo, da mesma forma que é importante o planejamento para a saída a campo o retorno significa ainda mais, tendo em vista que esse é o momento para a discussão, para as contribuições que o estudo trouxe para o crescimento intelectual dos estudantes.

Desta forma se esclarece que é planejamento é indispensável mesmo em aulas não convencionais e é no planejar que a aula de campo se inicia, pois é através dele que serão estabelecidas as habilidades e competências a serem atingidas e as conexões que serão desenvolvidas entre o ensino formal e o não formal, direcionando os estudantes para um aprendizado intencional dentro de um ambiente repleto de novas informações.

Em 2008, muito antes da pandemia que obrigou todos a migrarem para o *online*, surgiu um projeto chamado Era Virtual, a primeira iniciativa brasileira a proporcionar visitas mediadas em diversos museus e acervos do território brasileiro. Cinco anos depois, percebendo seu potencial para crescimento, cidades brasileiras com sítio histórico tombado pela UNESCO começaram a ser atendidas também. Apesar de não haver documentos públicos de que as aulas de campo virtuais em instituições culturais tenham despontado nesses marcos, é provável que tenham surgido a partir daí, utilizando-se das ferramentas disponibilizadas para realizar as ditas visitas virtuais.

A democratização do acesso à educação e a cultura através da tecnologia: Museu Paço do Frevo

Em 2014, abria em Pernambuco o museu Paço do Frevo, uma iniciativa da Fundação Roberto Marinho em parceria com a Prefeitura da Cidade do Recife, como espaço de difusão e salvaguarda do patrimônio pernambucano homônimo, através de eventos, publicações, formações e sendo também escolhido para aulas de campo de diversas modalidades e níveis de ensino. O museu possui serviço pedagógico com educadores que, através da educação patrimonial, concretizam a função de aprendizagem do equipamento, que é uma instituição de educação não-formal. Isso endossa a fala de Trindade (2003) apud Ferreira (2005, p. 1), “de um lado está a educação

e do outro a ideia de cultura como lugar, a fonte de que se nutre o processo educacional para formar pessoas, para formar consciência.”

Com a pandemia do Covid-19, instituições – culturais ou não – tiveram que se reinventar e não foi diferente com o Paço do Frevo, em um dos momentos em que a sociedade mais precisou da cultura para manutenção da saúde mental. Coordenados pelo mestre em Ciência da Arte e, na época, gestor do setor educativo do Paço do Frevo, Carlos Lima, os educadores, historiadores e mestres Brunno Pessôa e Luiz Vinicius Maciel conduziram os – naquele momento – estagiários de educação à virtualização das mediações. Aproveitando a facilidade trazida pelos avanços tecnológicos, criaram utilizando as plataformas *Zoom*, *Google Arts & Culture*, *Google Maps* e *Kahoot*, a visita mediada virtual, a qual denominaram de Abre-Salas.

Essa nova modalidade de mediação consiste em levar o grupo, que é recebido ao vivo na plataforma de comunicação *Zoom*, para a Praça do Arsenal (onde o museu está alocado) utilizando a função *Street View* do *Google Maps*, e então entram no museu com a plataforma *Google Arts & Culture* – na qual algumas exposições estão disponíveis – como fariam se estivessem *in loco*. Os grupos que agendam essa visita virtual costumam ser acompanhados por dois educadores do museu, da mesma forma que aconteceria presencialmente, e são apresentados às exposições que contam a história não só do Frevo, mas também da cultura pernambucana de modo geral.

A mediação é finalizada com um jogo de quiz, realizado no *Kahoot*, remetendo ao Glossário do Carnaval – instalação do terceiro andar do museu – bem como utilizando um vídeo ensinando alguns passos de frevo, pois parte da rotina dos visitantes às terças-feiras e fins de semana à tarde também inclui participar uma vivência de dança ou música no museu. Pelo serviço ser ofertado de forma gratuita com ferramentas simples, o que seria uma solução provisória proveniente da pandemia, se tornou uma ferramenta permanente de democratização ao acesso à cultura pernambucana para pessoas distantes (em outros estados e países) e para aquelas que não podem visitar o museu pessoalmente mesmo estando perto, como é o caso de alunos que estão vivendo em reclusão de liberdade.

Aulas de campo virtuais como ferramenta de inclusão: uma possibilidade para o CASE Santa Luzia

Como mencionado anteriormente, pessoas em reclusão de liberdade também passam por processos educacionais durante o tempo em que ficam reclusos. Essas práticas educativas possibilitam um processo de remissão da penalidade, ressocialização efetiva e reintegração à sociedade àqueles que cometeram infrações. No estado de Pernambuco, o órgão responsável por cuidar desses jovens é a Secretaria de Desenvolvimento Social da Criança e da Juventude (SDSCJ), através da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE).

Segundo o site institucional da FUNASE (201–), existem um total de 23 unidades socioeducativas espalhadas por todo o estado, sendo 10 delas Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE), como o Santa Luzia. A internação é uma medida socioeducativa prevista no código 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), não podendo durar mais que três anos, ou até que o jovem em conflito com a lei complete 21 anos, além de precisar passar por reavaliação ao menos uma vez no semestre.

O CASE Santa Luzia tem capacidade de abrigar 45 jovens meninas (cis e trans) bem como meninos trans e, segundo o relatório do Quantitativo Populacional Diário de 14 de agosto de 2023, a população atual é de apenas 22. Dentro do CASE funciona uma escola estadual sob coordenação pedagógica de Tânia Mara dos Santos, na qual os jovens cursam o ensino médio e fazem cursos profissionalizantes em parceria com outras instituições, ou através do Parque Profissionalizante Professor Paulo Freire.

Para esses jovens, que não podem ter contato com o mundo exterior, é como se todo ano fosse pandêmico, e todo dia fosse de quarentena. Vendo sempre as mesmas pessoas e circulando pelos mesmos – e limitados – espaços, por isso mesmo que a virtualização de experiências externas se mostra tão necessária para o enriquecimento ambiental e a formação cidadã dos habitantes desse local. Ou seja, eles são abarcados como parte do público-alvo da mediação virtual Abre-Salas.

É importante lembrar que para realização da aula de campo, seja ela *in loco* ou *online*, é necessário um preparo prévio para aqueles que irão participar terem uma experiência mais proveitosa durante o processo de ensino e aprendizagem promovido por essa modalidade de aula. Antes de pensar em habilidades e competências

disponibilizadas pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular) – e no próprio resultado pretendido –, a reflexão deve ser em como a sequência didática deve ser recebida pelos jovens, avaliando cautelosamente cada parte que a compõem, inclusive a linguagem: o professor-interlocutor deve buscar se comunicar de forma que os alunos-ouvintes o compreendam e mais, queiram dialogar com ele e com o tema proposto.

Jovens em conflito com a lei tendem a vir de lares conflituosos, camadas mais baixas da sociedade, muitos já sofreram algum tipo de violência, e tudo isso deve ser levado em consideração ao se deparar com sua escrita, sua linguagem, sua vestimenta, seu comportamento – uma vez que pode causar estranheza àqueles que não têm o costume de conviver com essa realidade tão singular. Isso significa também que o professor precisa ser ainda mais atencioso e praticar ainda mais uma escuta ativa.

A Geografia, por analisar os efeitos resultantes da interação dos indivíduos com o meio que habitam, dá espaço para que a realidade dos alunos, por mais difícil que ela possa ser, seja um fator positivo em sala de aula, uma vez que suas vivências pessoais podem – e devem – ser uma ponte entre onde estão e onde a ciência geográfica pode levá-los. Ela não só permite que, como também convida, os indivíduos a serem parte do seu processo de aprendizagem, afinal, Geografia se aprende – em grande parte – pelas experiências do vivido.

Considerações finais

A Geografia oportuniza desbravamentos únicos a diversas temáticas sob o olhar da interação do indivíduo com o meio que ele habita e neste trabalho foi possível desbravar a cultura como resultado dessa interação, além dos impactos positivos que alcançam quem disso desfruta. Desenvolvendo intersecções entre educação e cultura, ensino de Geografia e educação patrimonial.

Este estudo demonstrou que a integração entre tecnologia e educação patrimonial oferece alternativas viáveis para a democratização do ensino de Geografia. Embora a aplicação empírica no CASE Santa Luzia tenha enfrentado limitações logísticas imediatas, a análise documental e técnica comprova que projetos de mediação virtual

são suportes pedagógicos permanentes, e não apenas soluções emergenciais pós-pandemia.

Com todo o levantamento feito em razão deste trabalho, foi possível chegar ao dado de quantos jovens dentro do público-alvo pretendido poderiam ser atendidos pelas aulas de campo virtuais no ano de 2023: a capacidade do estado é de acolher 1.161 jovens em conflito com a lei e atualmente, cerca de 570 aguardam a liberdade. O processo de serem afastados do convívio familiar e não terem acesso à espaços culturais, além de muitos não serem plenamente alfabetizados, endossam a necessidade de iniciativas nas quais o meio acadêmico se debruce em produções que possam alcançá-los.

Outro objetivo alcançado, apesar de não ter sido pretendido inicialmente, foi o de mostrar como a prática de uma visita virtual a um equipamento turístico e cultural – aqui representada como aula de campo – não é um trabalho exclusivo do guia turístico ou dos mediadores dos espaços, mas requer muito, talvez até principalmente, dos professores que deveriam buscar conhecer o lugar e apresentá-lo em sala de aula aos seus alunos antes de visitá-lo com eles, através de sequências didáticas e atividades que envolvam as temáticas afins do espaço.

É importante salientar que, apesar de toda a imersão que os avanços tecnológicos proporcionam, o virtual não substitui o real. No entanto, a virtualização de equipamentos utilizados como campos pedagógicos, é uma grande aliada à inclusão daqueles que, por algum motivo, como estar em conflito com a lei, não podem ainda acessar os espaços presencialmente.

Conclui-se que o papel do professor é central na curadoria dessas experiências virtuais, exigindo formação continuada para articular os conceitos de território e lugar com as ferramentas digitais. A pesquisa reforça que a Academia deve priorizar projetos de extensão que alcancem populações marginalizadas, garantindo que o patrimônio cultural brasileiro seja um instrumento de ressocialização e exercício de cidadania para além das barreiras institucionais.

Ademais, toda essa pesquisa oferece questionamentos, inquietações, que provocam o desapego de pensar e lecionar através da cultura apenas quando existem

políticas públicas que tornam obrigatório esse processo, conforme alertado por Souza e Thompson (2019, p. 13), existe uma ideia predominante que “atividades educacionais em prol do patrimônio cultural devem ser posteriores às chancelas e tutelas aplicadas pelo poder público” e isso precisa ser cada vez mais desconstruído para garantia de um ensino de qualidade, democrático e que também funcione como salvaguarda dos patrimônios.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R.; STEED, O.** Educação e cultura: uma não pode ser pensada sem a outra. **Jornalismo Sem Fronteiras**, Madri, 2017. Disponível em: <https://jornalismoemfronteiras.com.br/educacao-e-cultura-uma-nao-pode-ser-pensada-sem-outra/>. Acesso em: 3 mar. 2022.
- BRASIL.** [Presidência da República]. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.
- CANDAU, V. M. F.** Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas. **Educação**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 33-41, jan./abr. 2014.
- CLAVAL, P. A Geografia Cultural.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- COELHO, R.; SANDIM, C.** Apresentação. **Era Virtual**, Minas Gerais, [20--]. Disponível em: <https://www.eravirtual.org/apresentacao/>. Acesso em: 16 abr. 2022.
- CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.).** **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- FERREIRA, N. B. A relação Cultura e Educação.** 2005. Projeto (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Psicopedagogia Clínica e Educacional) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2005.
- FUNASE.** Unidades Socioeducativas. **Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude**, Pernambuco, [201-]. Disponível em: <https://www.funase.pe.gov.br/estatisticas/quantitativo-populacional-diario/39-estatistica/4211-quantitativo-populacional-diario-2023>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).** **Educação Patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: IPHAN, 2014. p. 18-27.
- NOGUEIRA, P. R.** Educação patrimonial é aprender com o mundo e a cultura que construímos. **Portal Aprendiz**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/07/07/educacao-patrimonial-e-aprender-com-o-mundo-e-a-cultura-que-construimos/>. Acesso em: 3 mar. 2022.
- RIBEIRO, D. Teoria do Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1985.

RODRIGUES, A. B.; OTAVIANO, C. A. Guia Metodológico de Trabalho de Campo em Geografia. **Revista do Departamento de Geociências**, Londrina, v. 10, n. 1, jan./jun. 2001.

SOUZA, C. A. A aula de campo como instrumento facilitador da aprendizagem nas aulas de Geografia no ensino fundamental. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/10559>. Acesso em: 3 mar. 2022.

SOUZA, I. A. N.; THOMPSON, A. A educação patrimonial no âmbito da Política Nacional de Patrimônio Cultural. In: **Educação Patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. Paraíba: Casa do Patrimônio da Paraíba, 2019. (Caderno Temático, 5).

TURRA, N. Geografia Cultural, juventudes e ensino de Geografia: articulações possíveis. **Formação**, Presidente Prudente, n. 20, v. 1, p. 38-56, 2013.

Recebido: 24/04/2025 Publicado: 09/08/2026

Editor Geral: Dr. Eliseu Pereira de Brito